

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este documento é parte integrante da contratação direta, definido como serviços comuns de engenharia, que constituem o objeto da contratação, deverão ser executados em conformidade com as especificações técnicas deste **termo de referência** e das condicionantes das licenças ambientais vigentes correlatas para o desenvolvimento das atividades, objeto das obrigações do Contrato, expedidas por órgão ambiental competente.

2. OBJETO

2.1. Contratação de empresa capacitada tecnicamente para o serviço de **OPERAÇÃO DE ÁREA DE RECEBIMENTO E BENEFICIAMENTO (TRIAGEM E RECICLAGEM) DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD) E RESÍDUOS VOLUMOSOS, COLETADOS NO MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE**, licenciada por órgão ambiental competente, conforme a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.

3. JUSTIFICATIVA

- 3.1. A contratação em questão está devidamente justificada tecnicamente tendo em vista que a Administração Pública, ciente de suas responsabilidades com a população e com o desenvolvimento sustentável, fazem parte da Agenda 2030;
- 3.2. As atividades referem-se as etapas de fornecimento, implantação e manutenção de Usina de beneficiamento de resíduos da construção e demolição (RCD) e resíduos volumosos, de forma a garantir a efetividade da reciclagem dos resíduos mencionais, como também o fornecimento e manutenção de todos os equipamentos da Unidade;
- 3.3. Além disso, a Construção Civil é um importante segmento da indústria brasileira. Porém, constitui uma atividade geradora de impactos ambientais e seus resíduos têm representado, em nosso município, um grande problema para ser administrado. As disposições irregulares desses resíduos geram problemas de ordem estética, ambiental e de saúde pública, além de sobrecarregar os sistemas de limpeza pública;
- 3.4. Também, atendendo à Lei Municipal nº 4.452/2013, que propõe o Gerenciamento Resíduos Sólidos da Construção Civil e Resíduos Volumosos em Aracaju/SE e consolidada pelas diretrizes técnicas do Plano Municipal de Saneamento Básico (Lei Municipal nº 4.973/2017).
- 3.5. Então, é buscado o avanço nas medidas de gerenciamento de resíduos da construção civil e volumosos produzidos na cidade, observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, para uma cidade mais inteligente e sustentável.
- 3.6. Em um contexto ainda existente de grande disposição irregular dos resíduos da construção civil e demolição (Demolição/Reforma/Construção), poda, limpeza desses materiais em terrenos baldios dispostos de forma irregular, que vêm gerando graves problemas aos centros urbanos, tais como a degradação ambiental de grandes áreas transformadas em pontos viciados, enchentes, tornando-se um risco proeminente de proliferação de vetores de doenças e um impacto visual

negativo.

- 3.7. Considerando também a ampliação de constantes melhorias para a efetiva redução dos impactos ambientais gerados pelos resíduos oriundos da construção civil, que contribui para a degradação da qualidade ambiental, atendendo a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações (Resolução CONAMA nº 348/2004 e Resolução CONAMA nº 431/2011), às normatizações correlatas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) voltadas às operações específicas de Área de recebimento, triagem e reciclagem dos resíduos da construção e demolição (RCD) e resíduos volumosos, tais como o recebimento, triagem, reciclagem dos resíduos da construção civil e demolição, reuso e destinação, estabelecidas nas NBR's nº 15112/2004, NBR 15113/2004, NBR 15114/2004, NBR 15115/2004, NBR 15116/2004 E NR 38, bem como a destinação final apenas dos rejeitos em aterro sanitário licenciado.

4. DEFINIÇÕES

- 4.1. **Resíduos de Construção Civil** - são os resíduos provenientes de construções, reformas, reparos, restaurações e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica, etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha;
- 4.2. **Resíduos Volumosos** - são os resíduos constituídos basicamente por material volumoso não removido pela coleta pública municipal rotineira, como móveis e equipamentos domésticos inutilizados, grandes embalagens e peças de madeira, resíduos vegetais provenientes da manutenção de áreas verdes públicas ou privadas, e não caracterizados como resíduos industriais;
- 4.3. **Gerenciamento de Resíduos** - é o sistema de gestão que visa reduzir, reutilizar ou reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, prática, procedimentos e recursos para desenvolver e implementar as ações necessárias ao cumprimento das etapas previstas em programas e planos;
- 4.4. **Geradores de Resíduos da Construção Civil**: pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias ou responsáveis por obra de construção civil ou empreendimento com movimento de terra, que produzam Resíduos da Construção Civil;
- 4.5. **Geradores de Resíduos Volumosos**: pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias, locatárias ou ocupantes de imóvel em que sejam gerados Resíduos Volumosos;
- 4.6. **Receptores de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos Volumosos**: pessoas jurídicas, públicas ou privadas operadoras de empreendimentos, responsáveis pelo manejo adequado de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos em pontos de entrega, áreas de triagem, áreas de reciclagem e aterros, entre outras.
- 4.7. **Controle de Transporte de Resíduos (CTR)**: documento emitido pelo transportador de resíduos que fornece informações sobre gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, conforme especificações das Normas Brasileiras - NBR 15.112:2004, 15.113:2004 e

15.114:2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

- 4.8. Ponto de Entrega para Pequenos Volumes:** equipamento público destinado ao recebimento de pequenos volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, gerados e entregues pelos munícipes, que podem ainda ser coletados e entregues por pequenos transportadores, diretamente contratados pelos geradores, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente; devem ser usados para a triagem de resíduos recebidos, posterior coleta diferenciada e remoção para adequada disposição, e, ainda, atender às especificações da norma brasileira NBR 15.112/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- 4.9. Agregados Reciclados:** material granular proveniente do beneficiamento de Resíduos da Construção Civil de natureza mineral (concreto, argamassas, produtos cerâmicos e outros), designados como Classe "A", que apresenta características técnicas adequadas para aplicação em obras de edificação ou infraestrutura, conforme especificações da Norma Brasileira - NBR 15.116:2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- 4.10. Área de recebimento, triagem e reciclagem dos resíduos da construção e demolição (RCD) e resíduos volumosos:** estabelecimento destinado ao recebimento de Resíduos da Construção Civil, gerados e coletados por agentes públicos ou privados, cuja área, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, deve ser usada para triagem dos resíduos recebidos, eventual transformação e posterior remoção para adequada disposição, conforme especificações da Norma Brasileira – NBR 15.112:2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- 4.11. Reservação de Resíduos:** processo de disposição segregada de resíduos triados para reutilização ou reciclagem futura;
- 4.12. Destinação final ambientalmente adequada:** destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;
- 4.13. Disposição final ambientalmente adequada:** distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;
- 4.14. Gestão integrada de resíduos sólidos** - conjunto de ações voltadas para busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.
- 4.15. Reciclagem** - é o processo de reaproveitamento de um resíduo, após ter sido submetido à transformação.
- 4.16. Rejeito** - resíduos que, depois de esgotadas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.
- 4.17. Resíduos Classe "A"** – são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

- a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;
- b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: materiais cerâmicos (tijolos, azulejos, blocos, telhas, placas de revestimento...etc.) argamassa e concreto;
- c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidos nos canteiros de obras.

4.18. Reutilização - é o processo de reaplicação de um resíduo, sem transformação dele.

5. ESPECIFICAÇÕES GERAIS TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

- 5.1.** Na elaboração da proposta, deverá a empresa contratada observar e considerar os conceitos e as especificações técnicas que nortearão a execução dos serviços a serem contratados, além de outras obrigações previstas na Contratação Direta, na Minuta de Contrato e, ainda, nas obrigações decorrentes de condicionantes da(s) respectiva(s) licença(s) ambiental(is) de operação vigentes e expedidas pelo órgão de controle ambiental competente, conforme a Lei Complementar 140/2011.
- 5.2.** De modo geral, a seguir, serão abordadas as exigências a serem cumpridas em todas as atividades integrantes do objeto contratado, as condições de operação e manutenção da área de recebimento, triagem e reciclagem dos resíduos da construção e demolição (RCD) e resíduos volumosos do controle e pesagem dos veículos, da fiscalização dos serviços, dos critérios de medição, do quantitativo de serviços e da disposição final dos rejeitos em aterro sanitário licenciado.
- 5.3.** Para a perfeita e completa execução dos serviços, a contratada se obrigará, sob as responsabilidades legais, nos termos do contrato que se firmará com a EMSURB, regulados pelas normas de direito público e, supletivamente, pelas normas de direito privado, a prestar toda a assistência técnica e administrativa necessária à perfeita execução dos serviços.
- 5.4.** O local de instalação da Unidade se dará a uma distância máxima de 25 km (vinte quilômetros) rodoviários a partir da Referência de Nível – RN, estação 329º, que fica no lado esquerdo da entrada da Estação Ferroviária, da cidade de Aracaju/SE (Latitude 10 ° 54 ' 28 " S e Longitude 37 ° 03 ' 56 " W) (link: <http://www.bdg.ibge.gov.br/bdg/pdf/relatorio.asp?L1=3290>) .
- 5.5.** Em cada atividade a ser desenvolvida pela contratada, objeto da contratação, se compromete a fazer uso de mão de obra, veículos e equipamentos adequados, compatíveis e em quantidades necessárias e suficientes para garantir a adequada prestação dos serviços, além do dever de emitir o controle de transporte de resíduos (CTR), onde consta o transportador de resíduos que fornece informações sobre o gerador, origem , quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, conforme especificações técnicas das ABNT: NBR 15.112:2004, 15.113:2004 e 15.114:2004, bem como o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR) é um dos Instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) instituída pela Lei nº. 12.305, de 2

de agosto de 2010 e regulamentada pelo Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

- 5.6. A contratada poderá propor ampliações, extensões e modificações das especificações técnicas ora apresentadas, bem como a introdução de novas tecnologias operacionais buscando a atualização de melhoria contínua da qualidade dos serviços, que, caso sejam aprovadas pela EMSURB, passarão obrigatoriamente a serem consideradas obrigações contratuais para a execução dos serviços contratados.
- 5.7. A contratada é obrigada a manter todas as licenças e autorizações ambientais e/ou administrativas, atualizadas, necessárias à execução dos serviços contratados, arcando com todos os custos previstos para tanto.
- 5.8. A mão de obra deverá utilizar uniforme, ferramentas e equipamentos de proteção individual, referentes à higiene e ocupação operacional do colaborador, em conformidade com o desenvolvimento de suas atividades, cumprindo o estabelecido na Norma Regulamentadora NR-6 e NR-12, do Ministério do Trabalho, compatíveis aos serviços que estiverem executando.
- 5.9. A contratada deverá indicar um responsável técnico, devidamente habilitado pelo conselho profissional, que responderá pela operação da área recebimento, triagem e reciclagem dos resíduos da construção e demolição (RCD) e resíduos volumosos e pela segurança da equipe envolvida na operação, em conformidade com as legislações e normas técnicas regulamentares.
- 5.10. Os materiais, ferramentas e utensílios em geral, a serem empregados deverão atender às quantidades e qualidade exigidas à execução dos serviços.
- 5.11. Os veículos e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços deverão ser dimensionados de forma a permitir a substituição e devida manutenção, preservando a continuidade dos serviços prestados.
- 5.12. A contratada deverá manter os veículos e equipamentos em perfeitas condições de conservação e de funcionamento, em especial quanto à manutenção, limpeza e acessórios de segurança, atendendo às normas e legislações vigentes.
- 5.13. A Contratada deverá executar os serviços de acordo com as melhores e inovadoras práticas existentes, e em conformidade com a Legislação Ambiental e as Normas Técnicas.
- 5.14. Os rejeitos resultantes da triagem serão acondicionados em caixas estacionárias dispostas pela CONTRATANTE, assim como serão encaminhados a aterro sanitário devidamente licenciado, observando as suas características, cujos custos de transportes e destinação final deverão ser de responsabilidade da CONTRATANTE.
- 5.15. A CONTRATADA deverá implantar ou disponibilizar uma unidade para recebimento, triagem e reciclagem de Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e volumosos em local, devidamente licenciado, para tratar os resíduos coletados no Município. Neste local, os resíduos deverão ser pesados, triados e beneficiados para tornarem-se subproduto e serem reutilizados de acordo com suas características.
- 5.16. A Unidade deverá ser implantada e receber os Resíduos da Construção e Demolição (RCD) e resíduos volumosos para serem tratados e transformados em agregados, observando-se as

normas 15115 e 15116 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, como insumo básico para a utilização em estradas não pavimentadas servindo de sub-base e reforço do subleito para posterior pavimentação, minimizando desta forma os impactos ambientais que esses resíduos podem causar ao meio ambiente.

- 5.17.** Na unidade, será, de suma importância, a separação dos componentes indesejáveis, constituídos por madeiras, canos plásticos, tapetes, pedaços de ferro de construção, sacos de cimento, sacos plásticos ou de anagem e matérias orgânicas. O resultado do subproduto beneficiado deverá ser disponibilizado a CONTRATANTE para serem reutilizados de acordo com suas características, como insumo básico para a utilização por exemplo em vias não pavimentadas como sub-base ou reforço do subleito e servindo como material de aterro.
- 5.18.** O local deverá funcionar no turno diurno, de segunda a sábado para recebimento dos resíduos, com início a partir das 08:00 horas e término às 17h30, seguindo o planejamento elaborado pela CONTRATANTE.
- 5.19.** As operações de recebimento e beneficiamento do RCD, deverá ficar a cargo de profissionais qualificados e treinados, sendo minimamente necessária a mobilização de motoristas, agentes de limpeza, balanceiro e encarregado geral.
- 5.20.** Após a triagem, separação e o devido tratamento dos resíduos da construção civil, os agregados reciclados resultantes do processo, tais como pó de pedra e britas recicladas, provenientes exclusivamente dos resíduos coletados no Município de Aracaju, deverão ser obrigatoriamente devolvidos à EMSURB.
- 5.21.** A quantidade de material reciclado a ser devolvida deverá guardar proporcionalidade direta com o volume de resíduos coletados no Município, considerando o efetivo aproveitamento técnico do material, destinando-se à utilização em atividades e demandas operacionais da Administração Municipal.
- 5.22.** A devolução deverá ocorrer em condições adequadas de uso, observando as especificações técnicas aplicáveis, para utilização em atividades, serviços e demandas operacionais do órgão, conforme planejamento prévio, critérios técnicos e orientações estabelecidas pela Diretoria Operacional da EMSURB, não sendo permitida sua destinação a terceiros ou qualquer outra finalidade diversa da autorizada.

6. SEGUROS E ACIDENTES

- 6.1.** Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços contratados, sofridos pelos seus operários.
- 6.2.** A responsabilidade pelo uso indevido de patentes registradas, ainda que em caso fortuito, que resulte em danos aos serviços executados, correrá por conta, exclusiva, da CONTRATADA até a definitiva aceitação dos serviços pela CONTRATANTE.
- 6.3.** As indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços

contratados, ainda que ocorridos na via pública, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

6.4. Em caso de acidentes no local de serviço, durante a prestação do serviço, a CONTRATADA deverá:

- Prestar todo e qualquer socorro imediato às vítimas;
- Paralisar imediatamente todos os serviços no local do acidente, a fim de evitar a possibilidade de mudanças das circunstâncias relacionadas com o mesmo;
- Solicitar imediatamente o comparecimento da FISCALIZAÇÃO ao lugar da ocorrência, relatando o fato.

6.5. Para cada categoria profissional e em função do tipo de serviço, deverão ser providenciados pela CONTRATADA os equipamentos de proteção individual - EPI's e uniformes, conforme quadro abaixo:

Boné
Calça brim
Camisa brim, manga longa
Calçado tipo bota em couro, antiderrapante
Protetor solar fator 30 (1 litro)
Luva vaqueta cano médio
Capa de chuva com capuz
Protetor auricular tipo plug
Óculos escuro de proteção

6.6. Todos os materiais de segurança devem possuir o Certificado de Aprovação do fabricante de acordo com as legislações da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (SEPRT/ME) e pelo INMETRO.

7. OPERAÇÃO DE ÁREA DE RECEBIMENTO E BENEFICIAMENTO (TRIAGEM E RECICLAGEM) DOS RESÍDUOS DA CONTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD) E RESÍDUOS VOLUMOSOS, COLETADOS NO MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE

7.1. A operação da área recebimento, triagem e reciclagem dos resíduos da construção e demolição (RCD) e resíduos volumosos compreendem etapas tais como recebimento, triagem, reciclagem

de resíduos da construção civil e resíduos volumosos conforme a ABNT: NBR 15.112/2004, bem como o acondicionamento ambientalmente adequado dos rejeitos.

- 7.2.** A Proponente disponibilizará à Contratante em sua proposta técnica, a METODOLOGIA DE OPERAÇÃO DE ÁREA DE RECEBIMENTO E BENEFICIAMENTO (TRIAGEM E RECICLAGEM) DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD) E RESÍDUOS VOLUMOSOS, COLETADOS NO MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE, onde as atividades serão desenvolvidas, de acordo com as normas técnicas pertinentes, devidamente aprovadas pelo Órgão Ambiental.

8. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO DO CONTRATO

- 8.1.** O prazo de vigência do Contrato será de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre partes, por mais 05 (cinco) anos, na forma do Art. 71, inciso II, da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Nos termos do artigo 71, inciso II, da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), admite-se a celebração de contratos com duração superior a cinco anos “quando o contrato estiver associado à execução de projeto com características de continuidade no fornecimento de bens ou na prestação de serviços.”

- 8.2.** O equilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser solicitado nas seguintes condições:
- 8.3. Repactuação:** no período de 12 meses, devidamente justificado e comprovado pela CONTRATADA, com as documentações seguindo as leis em vigor;
- 8.4. Reajuste:** O prazo de 12 (doze) meses para contagem do reajuste contratual terá início a partir da data de assinatura do contrato. Respeitado esse período, a CONTRATADA poderá solicitar o reajuste com base no índice IPCA vigente na data da solicitação, desde que apresente justificativa formal e comprovação documental adequada, em conformidade com as leis vigentes. Fica ressalvado o disposto na matriz de riscos prevista neste instrumento;
- 8.5. Revisão:** será devida a contratada a qualquer tempo, desde que comprove fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, salvo o previsto na matriz de risco.

9. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 9.1.** Será exigida garantia contratual no percentual de 5,0% (cinco) por cento do serviço de grande vulto para o contrato a ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado desde que justificado por igual período se autorizado pela autoridade competente.

“Art. 70. Poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de

obras, serviços e compras. (Vide Lei nº 14.002, de 2020)

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro; II - seguro-garantia;

III - fiança bancária.

§ 2º A garantia a que se refere o caput não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas, ressalvado o previsto no § 3º deste artigo.

§ 3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, o limite de garantia previsto no § 2º poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor do contrato.”

§ 4º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese do inciso I do § 1º deste artigo.”

10.OPÇÕES PELA ESCOLHA DA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA

10.1. A escolha pela modalidade PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, deu-se pela fundamentação da lei 13.303/2016, artigo 32, §3º, conforme exposto abaixo:

Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:(Vide Lei nº 14.002, de 2020).

IV - Adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado;

§ 3º As licitações na modalidade de pregão, na forma eletrônica, deverão ser realizadas exclusivamente em portais de compras de acesso público na internet.

10.2. Quando cabível a utilização da modalidade pregão, é irregular o uso do pregão presencial sem justificativa da comprovada inviabilidade de utilização da modalidade eletrônica. Diante disso, o Pregão, na forma Eletrônica permite a utilização de sistema informatizado para registro e prática de todos os atos do certame, conferindo maior transparência, publicidade e obtenção de melhores preços por meio da chamada fase competitiva.

11. DIRETRIZES BÁSICAS

11.1. Serviços: recebimento, triagem, reciclagem dos resíduos da construção civil e demolição, bem como dos resíduos volumosos, aos quais devem obedecer a leis e normatizações vigentes. Recepção dos

- 11.2.** Resíduos: os resíduos serão recebidos na área de recebimento, triagem e reciclagem dos resíduos da construção e demolição (RCD) e resíduos volumosos, devidamente licenciada, pelo órgão de controle ambiental pertinente.
- 11.3.** Origem dos resíduos: os resíduos serão provenientes dos serviços de coleta e transporte de resíduos da construção civil e resíduos volumosos gerados pelo município de Aracaju.
- 11.4.** Triagem dos resíduos: os resíduos deverão ser segregados por tipo (resíduos da construção civil e resíduos volumosos), depois de segregados, beneficiados e acondicionados nas baias, devendo o rejeito ser encaminhado para a destinação ambientalmente adequada por conta da CONTRATANTE.
- a) Reciclagem: os resíduos da construção civil, demolição e os resíduos volumosos serão processados na área de triagem.
 - b) Rejeito: são resíduos que, depois de esgotadas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentam outra possibilidade que não seja a destinação final ambientalmente adequada.
- 11.5.** Horário de recebimento: os serviços de recebimento de resíduos, na área de recebimento, triagem e reciclagem dos resíduos da construção e demolição (RCD) e resíduos volumosos, serão realizados diariamente no período diurno, de segunda a sábado, no horário de 8h às 16h20min. Em caso de necessidade, poderá a CONTRATANTE solicitar, com antecedência de no mínimo 24h, o funcionamento aos domingos e feriados, sem ônus para a CONTRATANTE.

12. EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E INSTALAÇÕES

- 12.1.** A equipe prevista para a execução dos serviços a serem realizados na área de recebimento, triagem e reciclagem e beneficiamento dos resíduos da construção e demolição (RCD) e resíduos volumosos, deverá ser composta de:
- 13 (treze) auxiliares de serviços gerais;
 - 01 (um) encarregado de turma;
 - 01 (um) cabo de turma;
 - 02 (dois) balanceiros;
 - 01 (um) operador de escavadeira hidráulica;
 - 02 (dois) operadores de pá carregadeira;
 - 01 (um) operador de trator sobre esteiras;
 - 02 (dois) motoristas de caçamba basculante;
 - 01 (um) motorista de caminhão pipa;
 - 01 (um) Técnico de Segurança de Trabalho;
 - 02 (dois) operadores de britador.

Todos, devidamente equipados com as ferramentas de trabalho necessárias ao bom e seguro desempenho das funções.

12.2. Todos os veículos que fizerem descarga dos resíduos, obrigatoriamente deverão ser pesados.

12.3. A Proponente poderá apresentar Metodologia Operacional distinto do apresentado neste Termo de Referência, desde que atendam no mínimo ao previsto neste Termo de Referência, ficando sua execução, caso a mesma seja vencedora do Procedimento, condicionada à aprovação prévia da Diretoria de Operações (DIROP) da CONTRATANTE.

13. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

13.1. Os veículos e equipamentos previstos para a execução dos serviços a serem realizados na unidade mencionada deverão ser compostos, no mínimo, de: 01 (uma) escavadeira hidráulica, 01 (um) britador, 01 (um) trator de esteira, 02 (três) caminhões tipo caçamba basculante de 10m³, 02 (duas) balanças rodoviárias, 01 (um) caminhão pipa e 02 (uma) pás carregadeiras. Todos, devidamente equipados com as ferramentas de trabalho necessárias ao bom e seguro desempenho das funções.

14. INSTALAÇÕES DA UNIDADE DE RECEBIMENTO, TRIAGEM E RECICLAGEM DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD) E RESÍDUOS VOLUMOSOS

14.1. As operações de recebimento e beneficiamento do RCD, precisarão ser responsabilizadas por profissionais qualificados e treinados, sendo assim, minimamente, necessária a mobilização de motoristas, agentes de limpeza, balanceiro e encarregado geral.

14.2. A execução dos serviços a serem realizados na Área de recebimento, triagem e reciclagem dos resíduos da construção e demolição (RCD) e resíduos volumosos deverá ser composta de: 01 (um) Área de recebimento, triagem e reciclagem dos resíduos da construção e demolição (RCD) e resíduos volumosos, 01 (uma) área de reciclagem de RCD, 01 (uma) área de acondicionamento por classificação e 01 (uma) sala de apoio administrativo, banheiros, estacionamento, refeitório, área de recepção com balanças e guarita de segurança.

15. CONTROLE E PESAGEM DOS VEÍCULOS

15.1. A contratada deverá disponibilizar 02 (duas) balanças rodoviárias, com características abaixo definidas, instaladas na entrada da na Área de recebimento, triagem e reciclagem dos resíduos da construção e demolição (RCD) e resíduos volumosos.

15.2. O procedimento de pesagem dos veículos originários da coleta de resíduos será realizado tanto na entrada quanto na saída da Área de recebimento, triagem e reciclagem dos resíduos da construção e demolição (RCD) e resíduos volumosos, com o acompanhamento da fiscalização da EMSURB, utilizando as balanças instaladas.

15.3. O peso dos resíduos transportados pelos veículos será obtido por diferença entre a pesagem na entrada e saída, com a emissão dos respectivos tickets de pesagem do sistema eletrônico da balança. São de responsabilidade exclusiva da contratada as atividades de operação da balança e

de emissão dos tickets de pesagem, cabendo à EMSURB manter um funcionário do seu quadro fiscalizando a operação do sistema.

- 15.4.** A contratada deverá realizar a manutenção e aferição periódica das balanças rodoviárias, instaladas na Área de recebimento, triagem e reciclagem dos resíduos da construção e demolição (RCD) e resíduos volumosos. A aferição deverá ser executada pelo INMETRO, obedecendo à frequência de revisão determinada por aquele Instituto ou quando ocorrer manutenção que indique a necessidade de nova aferição, cabendo à EMSURB o acompanhamento e fiscalização dos serviços.
- 15.5.** O atestado de aferição do INMETRO deverá ser entregue à fiscalização da EMSURB, sem prévia solicitação, sob pena de aplicação de penalidade por descumprimento contratual.
- 15.6.** De modo excepcional, será permitida a aplicação de estimativa sobre o peso diário coletado, utilizando-se como referência 95% (noventa e cinco por cento) da média dos pesos registrados nas últimas 04 (quatro) semanas, considerando os mesmos dias da semana, que antecederam a interrupção de funcionamento das duas balanças por algum impedimento, comprovadas as manutenções ou nova compra de equipamentos, após comunicação oficial à CONTRATANTE.
- 15.7.** O software de gerenciamento abrangerá toda a automação de controle, cuja operação poderá ser configurada pelo operador. Deverão ainda ser emitidos dados de impressão fornecendo: peso bruto, tara, peso líquido, data, horário da pesagem, número sequencial de pesagem, placa do veículo (alfa numérico), cliente, transportador, produto, código numérico com 12 dígitos, operador e observação na entrada e na saída (via teclado), subtotal e total. E poderão ser emitidos, a qualquer instante, relatórios de entrada e saída de veículos, sendo que terão interface configurável pelo usuário para inserção de dados, tais como: identificação do veículo, condutor, tipos dos resíduos e procedência.
- 15.8.** Os tickets de pesagem serão emitidos, no mínimo, em três vias, logo após a pesagem, sendo uma da CONTRATADA, uma do transportador e outra da EMSURB.
- 15.9.** Características básicas de cada balança:
- Tipo: eletrônica;
 - Visor: LED de 05 dígitos com 3 indicadores;
 - Dimensões dos dígitos: 24 mm (altura) por 14 mm (largura);
 - Teclado: liga/desliga, zero manual, tara, impressão;
 - Busca de zero: automática e manutenção automática;
 - Interface serial: interligação com a impressora e envio de peso ao computador;
 - Alcance da tara: 100%;
 - Software gerenciador de pesagem;
 - Carga máxima: 60.000 kg;
 - Divisão: 10 kg;
 - Sensibilidade: 5 kg;

- Dimensões: entre 18m x 3m a 24m x 3,2m

16. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 16.1.** A fiscalização da EMSURB nem diminui, nem exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade e correta execução dos serviços.
- 16.2.** A fiscalização poderá, a qualquer hora, examinar a documentação da contratada relativa ao pessoal empregado para execução dos serviços, podendo exigir a apresentação dos comprovantes de atendimento às obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- 16.3.** A fiscalização terá livre acesso a todas as dependências dos setores objeto da contratação, garantido pela contratada, para exame das instalações, das anotações e documentos relativos às máquinas, veículos e equipamentos, ao pessoal e ao material, fornecendo quando forem solicitados, todos os dados e elementos referentes aos serviços em exame.
- 16.4.** A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e, particularmente, aos prazos e à qualidade dos serviços executados, cuidando de glosar aqueles executados em desconformidade com as normas legais e as condicionantes das licenças ambientais de operação.

17. SISTEMA DE TRIAGEM E BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS

- 17.1.** A triagem é um sistema capaz de viabilizar a reciclagem e o reaproveitamento de materiais por meio da segregação de resíduos, possibilitando seu encaminhamento para os demais sistemas de tratamento e de recuperação de energia. Ou seja, entende-se como triagem o processo de separação e beneficiamento de diferentes tipos de resíduos.
- 17.2.** Compreende-se por seleção mecânica o processo de linha contínua que através de grupo de equipamentos formam um parque tecnológico de triagem, com capacidade de separar mecanicamente diferentes tipos de materiais.
- 17.3.** Atualmente, no Brasil, cerca de 20% do quantitativo, em toneladas, de resíduo da construção civil é reciclado.
- 17.4.** Com características muito semelhantes aos agregados naturais, os insumos, a depender de sua granulometria, os quais têm como matéria-prima resíduos classe A – categorização proposta pela resolução 307/2002 do Conama; são confeccionados a partir do beneficiamento de concretos, cerâmicas, pedras e argamassas.
- 17.5.** Os agregados processados na operação podem ser reaproveitados em obras, geralmente, como revestimento ou argamassa de assentamento, mas, pode também ser usado como adição em bancos de praça, fabricação de meios fios e de tampas de bueiros, por exemplo.
- 17.6.** Sabendo-se disso, entende-se que os agregados reciclados, miúdo e grúdo, apresentam uma composição granulométrica mais contínua e com maior quantidade de finos.
- 17.7.** Uma granulometria contínua indica que os agregados estão graduados, de maneira bem distribuída, dentro de uma determinada faixa de tamanhos, o que permite maior possibilidade de

interação física entre as partículas, proporcionando um maior grau de compacidade (melhor arranjo) e maior resistência mecânica.

- 17.8.** No estado fresco, agregados com granulometria contínua produzem misturas de concreto mais trabalháveis e econômica. Já no estado endurecido, proporcionam um concreto mais denso, favorecendo a resistência à compressão, e outras propriedades mecânicas.
- 17.9.** As superfícies mais rugosas dos agregados, encontradas em agregados reciclados advindos de RCD, podem aumentar a ancoragem mecânica, melhorando a aderência, o que pode conduzir a maiores resistências, afetando, principalmente, a resistência à tração e à flexão.
- 17.10.** Geralmente, os agregados reciclados apresentam massa específica e massa unitária menores que os agregados naturais. A redução da massa específica ocorre em função das características dos componentes dos agregados reciclados, uma vez que são menos densos que os agregados naturais.
- 17.11.** No tocante a massa unitária, além da redução da própria densidade do material, a alta porosidade, característica dos agregados reciclados, e a forma mais irregular das partículas dos agregados, que aumentam os vazios entre grãos, também contribuem para essa redução.
- 17.12.** De acordo com o estudo da massa específica e massa unitária dos agregados reciclados, realizado por Ana Mélia Mota dos Santos, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS – 2016), através do Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil e Ambiental, pode-se perceber tais resultados:
- 17.13.** Tabela 01: Faixa de resultados de literatura para massa específica e massa unitária dos agregados reciclados.

Fração Granulométrica	Tipo do agregado	Massa específica (g/cm ³)	Massa unitária (g/cm ³)
Agregado Graúdo	Concreto ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾⁽⁵⁾	2,27-2,73	1,10-1,40
	Misto ⁽⁶⁾⁽⁷⁾⁽⁸⁾⁽⁹⁾	1,93-2,64	1,02-1,29
	Cerâmico ⁽¹⁾⁽¹⁰⁾⁽¹¹⁾⁽¹²⁾	1,81-2,41	0,95-1,55
Agregado Miúdo	Concreto ⁽¹⁾⁽¹³⁾⁽¹⁴⁾⁽⁵⁾	2,46-2,56	1,14-1,39
	Misto ⁽⁶⁾⁽⁷⁾⁽⁶⁾⁽⁹⁾	2,06-2,64	1,21-1,43
	Cerâmico ⁽¹⁵⁾⁽¹⁾⁽¹⁰⁾	1,95-2,35	1,03-1,26

Fontes: (1) Cabral (2007); (2) Cordeiro (2013); (3) Huda et al. (2014); (4) Soares et al. (2014a); (5) Zhu et al. (2015); (6)

Bravo et al. (2015); (7) Carneiro (2011); (8) Leite (2001); (9) Lovato (2007); (10) Cabral et al. (2010); (11) Fonseca (2006); (12) Reis (2013); (13) Cartuxo et al. (2015); (14) Evangelista et al. (2015); (15) Alves et al. (2014).

- 17.14.** Observa-se que os maiores valores de massa específica e massa unitária são apresentados pelos agregados de concreto. Dessa forma, dentre os tipos de agregados reciclados, esses apresentam menores variações no volume de materiais para produção de concretos, quando comparado aos agregados naturais, o que se torna coerente para a utilização dos mesmos para a fabricação de

produtos beneficiados como blocos de concreto não estrutural, meios-fios e bancos de concreto.

17.15. Já a seleção manual é o processo de linha contínua que, através de equipe devidamente capacitada, exerce a identificação visual e seleção de diferentes materiais.

17.16. O material beneficiado e segregado, de acordo com a sua granulometria, assim como a gravimetria, poderá permanecer no pátio até ser retirado para utilização e os rejeitos provenientes do processo deverão ser encaminhados pela CONTRATANTE à destinação final ambientalmente adequada.

Todo o quantitativo mensal de resíduo recebido na usina será acondicionado, triado e reciclado em separado dos demais resíduos de outros clientes que porventura a empresa CONTRATADA tenha, para isto, a CONTRATANTE terá fiscalização constante no pátio para a correta separação.

17.17. A EMSURB exige o recebimento do relatório contendo as propriedades do agregado reciclado (granulometria e gravimetria), seguindo sempre as diretrizes normativas, como:

- a) NORMA DNIT 139/2010 Pavimentação Sub-base estabilizada granulometricamente - Especificação de serviço;
- b) NORMA DNIT 141/2010 Pavimentação – Base estabilizada
- c) NORMA ABNT NBR 9895/2016 Solo – índice de Suporte Califórnia (ISC) – Método de Ensaio.

17.18. Com relação às normativas e padronizações, a faixa granulométrica do resíduo reciclado deverá ser enquadrada entre as faixas A à F, segundo o que dita a norma do DNIT 139/2010 para bases e sub-bases, garantindo, assim, a estabilidade granulométrica;

- a) Índice de Plasticidade: < 7 , CBR: $> 30\%$, Expansão: $< 1\%$, Índice de grupo: 0, já no campo uma Compactação: 100% (tolerância que o laboratório da EMURB utiliza de -2% a $+5\%$), Umidade: $-2\% < \text{Umidade ótima} < +1\%$ (Tolerância), Espessura mínima de camada por norma de 20 cm (embora isso dependa do projeto). Para espessuras de acima de 20 cm, deve compactar o material em mais de uma camada com espessura não superior a 20 cm;
- b) Índices de materiais para base conforme a Norma Base 141/2010:
 - Faixa Granulométrica: enquadrado entres as faixas A à D, preferencialmente. Índice de Plasticidade: < 7 , CBR para N $< 5.10^5$: 60 %;
 - CBR para N $> 5.10^5$: 80 %
 - Expansão: $< 0,5\%$
 - Índice de grupo: 0
 - Equivalente de Areia: $> 30\%$
 - Em Campo: Compactação: 100% (tolerância que o laboratório utiliza de -2% a $+5\%$), Umidade: $-2\% < \text{Umidade ótima} < 1\%$ (Tolerância), Espessura mínima de camada por norma de 15 cm (embora isso dependa do projeto). Para espessuras de acima de 20 cm, deve compactar o material em mais de uma camada com espessura não superior a 20 cm.

17.19. O transporte dos produtos beneficiados, bem como os agregados reciclados, ficará à cargo da

CONTRATANTE. A mesma disponibilizará caçambas para realizar a retirada do material, efetuar a pesagem em balança rodoviária, seguindo o que rege o item 16.6, e posterior transporte ao local de uso pela CONTRATANTE.

- 17.20.** Os resíduos da construção civil que não forem beneficiados, devido à sazonalidade do mercado consumidor, público e privado, deverão ser encaminhados para destinação final ambientalmente adequada indicada pelo MUNICÍPIO.
- 17.21.** Um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos é a chamada logística reversa. Ou seja, a volta à cadeia produtiva, após processos de transformação dos resultados da construção em produtos de valor para o uso do próprio gerador, também é uma forma trabalhar o conceito de logística reversa.

18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 18.1.** Considera-se como preço unitário o valor ofertado para o serviço constante da proposta de preços do Contratante.
- 18.2.** Na hipótese de impedimento temporário do uso das balanças, aplica-se o disposto no item 15.6, reservado às diretrizes acerca do controle e pesagem dos veículos.
- 18.3.** Estarão sujeitos à medição os serviços efetivamente realizados e passíveis de comprovação.

19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 19.1.** Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente acompanhados da Certidão de Acervo Técnico (CAT).
- 19.2.** Para fins de comprovação da capacidade técnica-operacional, será exigida a apresentação de atestado(s) que demonstre(m) a execução de serviços similares ao objeto licitado, correspondentes, no mínimo, aos quantitativos exigidos abaixo:
- Quantitativo Mínimo de 25% da estimativa global: **172.500 toneladas**;
- Diante da complexidade dos serviços, é permitido o somatório de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos na qualificação técnico-operacional.
- 19.3.** Caso o(s) atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) não explicitar(m) com clareza os serviços prestados, este(s) deverá(ão) ser acompanhado do respectivo contrato ou instrumento congênere que comprove o objeto da contratação;
- 19.4.** Caso a apresentação do(s) atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) não sejam suficientes para o convencimento do contratante, promover-se-á diligência para a comprovação da capacidade técnica, como preconiza a lei 13.303/16;
- 19.5.** A proponente deverá comprovar que possui como responsável(is) técnico(s) ou em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) de nível superior,

sendo este (as) Engenheiro(as), registrado(as) junto ao Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Geociências (CREA), competente à região a que estiver vinculada a proponente;

- 19.6.** Para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional a licitante deverá apresentar um ou mais atestados acompanhados das Certidões de Acervo Técnico (CAT), em nome do(s) profissional(is) de nível superior constante(s) no item acima, que tenha(m) vínculo com a proponente, mediante apresentação de um dos seguintes documentos: a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Ficha ou Livro de Registros de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional, Guia de Recolhimento do FGTS onde conste o(s) nome(s) do(s) profissional(ais); ou b) Contrato de Prestação de Serviço celebrado de acordo com a legislação civil comum; ou c) Contrato Social do contratante em que conste o profissional como sócio.
- 19.7.** A proponente deve apresentar as declarações que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, salvo, em condições de menor aprendiz, a partir dos quatorze anos;
- 19.8.** A proponente deve apresentar a declaração de compromisso e aceitabilidade da execução dos serviços, declaração de inexistência de fato impeditivo.
- 19.9.** A empresa vencedora da licitação deverá apresentar a Licença ambiental.
- 19.9.1.** De acordo com Acórdão do TCU, a empresa licitante, assim que declarada vencedora do certame, deverá apresentar a Licença ambiental e todas as outras licenças que se façam necessárias de acordo com as normativas legais como requisito para continuação do processo licitatório.
- 19.9.2.** Na fase habilitatória a empresa licitante deverá apresentar declaração de disponibilidade da licença ambiental, afirmando que reúne todas as condições para apresentá-la.

20. PLANILHA DE QUANTITATIVO

- 20.1.** Com base na operação de recebimento de Resíduos da Construção e Demolição (RCD) e resíduos volumosos, foi realizada uma análise histórica dos quantitativos recebidos, considerando os dados dos anos anteriores até o período atual.
- 20.2.** A partir das planilhas de medição disponíveis, foi efetuado o cálculo da média mensal dos resíduos recebidos, o que permitiu identificar uma tendência de aumento na quantidade gerada e destinada ao sistema.
- 20.3.** Dessa forma, a média apurada encontra-se apresentada no quadro abaixo, sendo este o quantitativo que será adotado como valor de referência para utilização mensal, visando garantir o adequado planejamento, a continuidade dos serviços e a correta estimativa dos custos operacionais.

OPERAÇÃO DE ÁREA DE RECEBIMENTO, TRIAGEM E RECICLAGEM DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD/ENTULHO) E RESÍDUOS VOLUMOSOS - NO MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE				
Item	Descrição	Unidade (toneladas)	Quantidade mensal	Prazo (meses)

1	<p>OPERAÇÃO DE ÁREA DE RECEBIMENTO, TRIAGEM E RECICLAGEM DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD/ENTULHO) E RESÍDUOS VOLUMOSOS, COLETADOS NO MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE</p>	t	11.500,00	60
---	---	---	-----------	----

Aracaju, 31 de março de 2025

CHISTHOFEN PEREIRA PRADO

Gerente de Limpeza Urbana

MYLLENA SANTOS MELO

Assessora de Engenharia e Controle

CARLISSON SAMPAIO FERREIRA

Gerente de Engenharia e Controle

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO

Diretor Técnico



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EF57-7B37-A973-DABA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MYLLENA SANTOS MELO (CPF 064.XXX.XXX-10) em 31/03/2026 11:22:13 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CARLISSON SAMPAIO FERREIRA (CPF 036.XXX.XXX-00) em 31/03/2026 11:24:14 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CHISTHOFEN PEREIRA PRADO (CPF 840.XXX.XXX-53) em 31/03/2026 11:37:36 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO (CPF 626.XXX.XXX-87) em 01/04/2026 11:04:11 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/EF57-7B37-A973-DABA>